



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

COMITÊ DE GESTÃO DE RISCO (CGR)

Extrato da 3ª reunião – 2021

PAD 15.734/2017

1) IDENTIFICAÇÃO:

Data/Hora/Local da Reunião:

29/09/2021 – 16hs – Videoconferência

Participantes:

SECPEE - Solange Maria Vieira

SECOFC - Helton José Sanchez

SECJUD - Danielle Cidade Morgado Maemura

SECCRE - Mônica Miranda Gama Monteiro

SECTI - Gilmar José Fernandes de Deus

SECGS - Silmara Aparecida Laskoski

SECGA - Lilian Gasparin e Carla Panza Bretas

SECGP - Sérgio Luiz Maranhão Ritzmann

SECAUDI - Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira

ASSPRES – Jillian Roberto Servat

ASSDG - Lucianna Maria de Araujo Sampaio

Cartório 79ºZE - Ana Lucia Germano Costa

Presentes também Presentes também: Coordenadora de Planejamento de Estratégia e Gestão, Marilene Gregorini; Chefe da Seção de Auditoria da Gestão e da Governança, Giane dos Santos Wippich; Chefe da Seção de Apoio à Governança Institucional, Kelly Padilha Lopes; Chefe da Assistência Técnica de Apoio à Gestão Administrativa, Carla Panza Bretas; Assistente V da Assistência da LGPD, Juarez de Oliveira; Assistente da Seção de Apoio à Governança Institucional, Luciana Campanholi, Servidora da Seção de Planejamento Estratégico, Heloísa Helena de Oliveira Coelho; Assistente do Gabinete da Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições, Patricia Fretta Nogueira de Lima Cabral; Servidora da Seção de Apoio à Governança Institucional Ana Paula Moura Crevelaro, responsável por secretariar os trabalhos.

Pauta/Finalidade:

1. Gestão de Riscos nas Contratações;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

2. Ações preventivas e educacionais frente a possíveis condutas inapropriadas de servidores em redes sociais;
3. Encerramento da matriz de riscos referente à competência para os processos Criminais Conexos a Crimes Eleitorais: exposição midiática negativa e vazamento de informações (PAD 11387/2020);
4. Revisão da Resolução de Gestão de Riscos 775/2017 (PAD 3262/2020);
5. Abertura de PAD, com a inclusão da matriz de Risco do Teletrabalho e abertura de trâmite colaborativo aos membros do CGR;
6. Inclusão da matriz de Risco na Pasta “N”;
7. Aquisição Sistema de Gerenciamento de Riscos que atenda todas as áreas (LGPD e GR – Resolução 775/2017);
8. Monitoramento do 1º Plano de Integridade – PAD 12845/2019;
9. Relatório de Gestão, sobre os riscos monitorados em 2021, nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
10. Curso básico de Gestão de Riscos - alinhado à atual Política de Gestão de Riscos Portaria TRE-PR nº 423/2021;
11. Identificar 1 (um) risco, inerente às atividades de cada Secretaria, que possua relevância para o cumprimento dos objetivos institucionais e possa ser monitorado pela área em 2022.

2) DEBATE:

- 1) Noticiada a criação do Comitê Gestor da Política de Governança das Contratações, que tratará, dentre outros temas, acerca da Gestão de Riscos nas Contratações.
- 2) As ações preventivas e educacionais, frente a possíveis condutas inapropriadas de servidores em redes sociais, será ação contínua da CCS, pois é de interesse estratégico do Tribunal.
- 3) Informadas as ações realizadas frente ao gerenciamento da Matriz de Riscos dos processos Criminais Conexos a Crimes Eleitorais, que continuará a ser tratado pela alta administração.
- 4) Informada publicação da nova Política de Gestão de Riscos no DJE de 30/09/2021, através da Portaria TRE-PR nº 423/2021. Ressaltado que o gerenciamento de riscos deverá ser implementado em todas as unidades da Justiça Eleitoral do Paraná, priorizando-se os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

processos organizacionais que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos.

- 5) Noticiado que será atualizada a Matriz de Riscos do Teletrabalho.
- 6) Informada a inclusão da Matriz de Riscos do Teletrabalho, na pasta “N”, pela SECGP.
- 7) Noticiado que está sendo tratado acerca da aquisição de um sistema de ferramentas para sistematizar/automatizar as práticas relacionadas à Gestão de Riscos, visando atender todas as áreas do Tribunal.
- 8) Informado que, em relação ao Plano de Integridade, os estudos e a atualização das próximas versões continuam na Assessoria da Presidência, porém o monitoramento passou à Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições.
- 9) Explanado que no Relatório de Gestão do TCU, existe um capítulo específico sobre GR, precisando ser informado ao referido órgão a justificativa da escolha do risco monitorado nesse ano, os objetivos impactados, as fontes internas e externas, ações adotadas para mitigação, oportunidades identificadas com o monitoramento de riscos, o nível de risco de acordo com as medidas adotadas, a probabilidade de caracterização do risco e qual seria a magnitude do impacto.
- 10) Observada a importância de capacitar os servidores da sede e das zonas eleitorais do Tribunal sobre a Gestão de Riscos.
- 11) Frisado que o gerenciamento de riscos deverá ser implementado em todas as unidades da Justiça Eleitoral, especialmente nas que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos.

3) DELIBERAÇÕES:

- 1) Revisar e atualizar o material de apoio à Gestão de Riscos, considerando a nova Política de Gestão de Riscos, inserida na Portaria TRE-PR nº 423/2021.
- 2) Apresentar a matriz de Riscos do Teletrabalho.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

3) Definir ações para levantar e monitorar o histórico de processos alternativos de resolução de conflitos administrativos, disciplinares e de sanções administrativas pertinentes à integridade. (Ação 12 Plano Integridade)
4) Prestar as informações que farão parte do Relatório de Gestão.
5) Capacitar servidores que não participaram de nenhum curso sobre Gestão de Riscos. (PAD 12.389/2021)
4) ENCERRAMENTO:
Concluídos os trabalhos, eu, ANA PAULA MOURA CREVELARO, Servidora da Seção de Apoio à Governança Institucional, lavrei a presente ata que, conforme deliberado, será publicada na <i>Intranet</i> e seu extrato será publicado na página de <i>Internet</i> deste Tribunal.